

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.924 - RS (2019/0132091-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DALTRE CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA
ADVOGADOS : JÚLIO CESAR PEREIRA DA CUNHA - RS014951
LEONARDO STOCKER PEREIRA DA CUNHA E OUTRO(S) - RS071522
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ
PROCURADOR : FERNANDO BICCA MACHADO E OUTRO(S) - RS055185

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DALTRE CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL LICITAÇÃO E CONTRATO
ADMINISTRATIVO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR
INFILTRAÇÃO NOS BANHEIROS DOS IMÓVEIS
RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA PREVISÃO
CONTRATUAL PERÍCIA QUE COMPROVA O DESCUMPRIMENTO
DO MEMORIAL TÉCNICO -DESCRITIVO DA OBRA
RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE PELOS VÍCIOS DA OBRA
APELO DESPROVIDO

Alega violação do art. 614, § 1º, do CC, no que concerne à verificação dos serviços prestados, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Contudo, data venia, há negativa de vigência ao artigo 614, parágrafo 1º, do Código Civil, que assevera que "tudo que se pagou presume-se verificado". Nesse sentido, o DEMHAB fez presumir que a obra estava em perfeitas condições, estando devidamente verificada. Logo, não há que se falar agora em responsabilidade do réu, porquanto a prefeitura de Gravataí, por meio do DEMHAB, realizou a verificação dos serviços prestados efetuando o pagamento (fl. 335).

Por sua vez, os problemas elencados pela autora em sua petição inicial não decorrem de vício construtivo, mas sim de mau uso das unidades habitacionais. Os residentes na unidade habitacional pertencem às classes D e C, os quais não tiveram por parte do demandante instrução acerca do funcionamento das habitações e de como deveriam se comportar em relação à limpeza de canos, ralos e dutos. A limpeza dos ralos e a retirada de fios de cabelo são medidas que teriam evitado o entupimento e a falta de escoamento

de água (fl. 335).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por DALTRE CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente